

O MUSEU DO DOURO: PERSPETIVAS DE UM MUSEU DE TERRITÓRIO

NATÁLIA FAUVRELLE*

Resumo: Neste artigo pretende-se dar a conhecer o Museu do Douro, situado na cidade de Peso da Régua, enquanto equipamento cultural fundamental para o conhecimento dos diferentes patrimónios da Região Demarcada do Douro. Trata-se de um museu de território associado a esta região vitivinícola, cuja paisagem é Património Mundial. Começa-se por caracterizar o Museu, enquadrando brevemente o processo de instalação e as características desta estrutura, particularizando os espaços mais importantes que a compõem.

Partindo da lei da criação do museu, discutem-se alguns aspectos entre aquilo que é a legislação e a realidade territorial e museológica, considerando os desafios que daqui emergem e o modo como o Museu tem procurado equilibrar o seu papel de mediador cultural de uma região e a sua própria sustentabilidade enquanto projeto.

Palavras-chave: Museu do Douro; Peso da Régua; Região Demarcada do Douro; Alto Douro Vinhateiro.

Abstract: In this article, we discuss the Douro Museum, located in the city of Peso da Régua, cultural equipment which is fundamental for the knowledge of the different types of the heritage of the Douro Demarcated Region. It is a museum of territory associated with this wine region, whose landscape is a World Heritage site. We begin by characterizing the Museum, briefly framing the installation process and the characteristics of this equipment, particularizing the most important spaces that compose it.

Starting from the law of the creation of the museum, some aspects are discussed between what is the legislation and the territorial and museological reality, considering the challenges that emerge from here and the way the Museum has tried to balance its role as cultural mediator of a region and its own sustainability as a project.

Keywords: Douro Museum; Peso da Régua; Demarcated Douro Region; Alto Douro Wine Region.

O Museu do Douro, com sede em Peso da Régua, foi desde a sua génese pensado como um museu de território, centrando-se num espaço vocacionado para a vitivinicultura, a Região Demarcada do Douro, algo excecional no contexto museológico nacional. A sua missão é reunir, conservar, identificar e divulgar o património museológico e documental disperso por esse território, constituindo-se como um instrumento ao serviço do desenvolvimento sociocultural desta região. Numa perspetiva de museologia de comunidade, o Museu do Douro assume-se como um processo cujo desenvolvimento deverá envolver a colaboração ativa com as instituições locais, regionais e internacionais.

* Coordenadora dos Serviços de Museologia do Museu do Douro; investigadora do CITCEM. Email: natalia.fauvrelle@museudodouro.pt.

As primeiras reflexões sobre a necessidade de criar um museu para salvaguardar o património da região do Douro, acumulado pela atividade dos lavradores durienses ao longo dos séculos, por forma a valorizá-lo e divulgá-lo, registam-se por volta dos anos 30 do século XX. Estas ideias estavam então em voga, enquadrando-se naquilo que foi difundido pelo sistema ideológico do Estado Novo, sobretudo a partir do Plano dos Centenários. Esta foi uma época de grande valorização das culturas regionais a nível nacional, com figuras importantes da cultura local a tomarem a liderança. Tal foi também o caso das instituições que dirigiam os destinos regionais, como a Casa do Douro e o Instituto do Vinho do Porto, e da própria elite intelectual, com figuras como o escritor João de Araújo Correia a defender a sua criação.

Com este nome simples de Museu do Douro devia existir na Régua um estabelecimento de pura função cultural, uma casa onde se guardassem, com inteligência e carinho, curiosidades, livros raros, documentos históricos relativos ao país vinhateiro. [...] À entrada do vinhedo imenso que é o Douro, será o pórtico erguido em honra de hóspedes cultos¹.

Apesar das propostas desenvolvidas, e até da compra de um edifício com este propósito, apenas em finais do século XX o museu é criado, surgindo de uma iniciativa legislativa da Assembleia da República, que aprova a *Lei n.º 125/97*, de 2 de dezembro². Conforme a *Lei* estabelecia, foi criada uma Comissão Instaladora, com o propósito de definir alguns princípios norteadores deste equipamento, que conduzissem à sua efetivação. Contudo, o seu trabalho não foi de imediato considerado, vindo-se a estabelecer uma Estrutura de Projeto, que funcionou entre 2002 e 2004.

Este grupo de trabalho, liderado pelo professor universitário especialista na história do Douro, Gaspar Martins Pereira, desenvolveu projetos de investigação associados ao património vitivinícola, com recolha e identificação de artefactos por toda a região. Paralelamente, desenvolveram-se diversas atividades de ação cultural e educativas, envolvendo a população dos diferentes concelhos. Este programa incluiu exposições e publicações, demonstrando o potencial de um museu para esta região. Disso é bem evidente a exposição programática, *Jardins Suspensos*, inaugurada no Armazém 43, em Peso da Régua, a 14 de dezembro de 2003. Além da importante dimensão da vinha e do vinho durienses, abordava «os abundantes valores patrimoniais ligados ao rio, como recurso natural e como via de relações, aos ambientes de montanha, ao imaginário e às tradições populares, à história mais ou menos longínqua, ou ainda a outras culturas, como a oliveira ou a amendoeira»³.

¹ CORREIA, 1936.

² PORTUGAL. Assembleia da República, 1997.

³ PEREIRA, SOEIRO, *coord.*, 2003: 6.

Ainda como resultado do trabalho desenvolvido por esta equipa foi elaborado o programa museológico para o Museu do Douro, documento norteador para a efetiva instalação e funcionamento do Museu⁴.

Na seqüência deste projeto foi adquirido pelo Ministério da Cultura o edifício para instalar o Museu. O imóvel escolhido foi a «Casa da Companhia», antiga sede da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em Peso da Régua, companhia majestática instituída pelo Marquês de Pombal e que teve um papel fundamental na construção da realidade vitícola do Douro. O edifício foi reabilitado tendo em conta a nova função, inaugurando ao público a 20 de dezembro de 2008.



Fig. 1.
Museu do Douro —
«Casa da Companhia»
Fonte: ©MD/Luís Fer-
reira Alves

Ao ser criado por via legislativa, o Museu viu a sua implementação condicionada em virtude de dois pressupostos enunciados na *Lei*, e que definem a natureza deste projeto e a sua ação. Por um lado, o artigo 2.º estabelece um modelo museológico de âmbito regional, com sede em Peso da Régua e uma estrutura polinucleada distribuída pelos vinte e um concelhos da Região Demarcada do Douro (RDD) — definição próxima do conceito de museu de território —, ficando a tutela a cargo da região administrativa resultante do processo de regionalização do país (artigo 4.º). Por outro, fixa-se o âmbito temático do Museu (artigo 3.º), que abarca a RDD «em toda a sua diversidade cultural e natural»⁵. A amplitude desta temática condiciona fortemente toda a atividade do Museu, tendo em conta quer a dimensão territorial, quer a dimensão histórica desta Região. Trata-se da primeira região vitícola demarcada e regulamentada do mundo, atualmente com uma extensão de aproximadamente

⁴ PEREIRA, 2004.

⁵ PORTUGAL. Assembleia da República, 1997.

250 000 ha distribuídos ao longo do vale do Douro, entre as freguesias de Barqueiros (Mesão Frio) e Barca de Alva (Figueira de Castelo Rodrigo).

No que diz respeito à tutela, não se tendo implementado o modelo de regiões administrativas, foi aprovado um modelo de gestão fundacional, que deu origem à Fundação Museu do Douro (*Decreto-Lei n.º 70/2006*, de 23 de março⁶). Esta solução contornou a questão da regionalização administrativa do país através de um modelo de financiamento assente não na região administrativa, mas nos fundadores, onde se incluem o Ministério da Cultura, as autarquias da região e entidades privadas do mundo empresarial do vinho e de outras instituições com interesse regional. Com as alterações da lei das fundações, em 2015, a Fundação passou a fundação pública⁷. Esta foi uma alteração estatutária de regime de gestão, não mudando a estrutura do Museu nem a sua política museológica.

Como já se referiu, definia-se que a sede do Museu ficasse na cidade de Peso da Régua, devendo depois a sua ação estender-se a todo o território de forma polinucleada. O conceito museológico proposto para este projeto afasta-se da ideia tradicional de museu centrado num edifício, nas suas coleções e num público-alvo. Partilhando as ideias da nova museologia, procura antes desenvolver a sua ação dentro da comunidade da Região Demarcada do Douro, inserindo no seu âmbito de estudo e investigação além das próprias coleções, guardadas no Museu, os valores do património material e imaterial regional com valor de referência para a mesma comunidade.

Esta ideia de museu de território definida pelo decreto de criação, se interpretada de forma exata, levaria a que se criassem e implantassem vinte núcleos além da sede, um por cada concelho. Obviamente, uma solução deste tipo não seria sustentável. Como se verificou em outros países com experiências de museus polinucleados, o crescimento excessivo dos núcleos pode levar ao colapso da estrutura, obrigando a uma reestruturação que se aproxima muito do modelo tradicional de museu. Como se verá, optou-se por diferentes formas de conciliar o que está escrito na *Lei* com a realidade.

1. O MUSEU — PONTO DE DESCOBERTA DE UMA REGIÃO

Sendo Peso da Régua um dos pontos nevrálgicos na circulação pela Região, o Museu enquadrou a sua missão de dar a conhecer a Região Demarcada do Douro, de divulgar o seu património. Assim, a exposição permanente *Douro: matéria e espírito* tem por base essa mesma filosofia: permitir a quem aqui chega ter pistas para explorar a região. Mesmo para os seus habitantes, esta é uma forma de valorizar o seu património, o seu trabalho e a sua história através de importantes elementos identitários.

⁶ PORTUGAL. Ministério da Cultura, 2006.

⁷ PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros, 2015.



Fig. 2.
Exposição permanente
Fonte: ©MD/Luís
Ferreira Alves

Dividida em dois pisos, começa por apresentar a geomorfologia deste território, elemento basilar para se compreender a construção do Douro como território do vinho, cujo ato fundador foi a sua demarcação no século XVIII. Esta construção foi igualmente uma construção temporal, desde a pré-história passando pelas épocas romana e medieval, mantendo-se até aos nossos dias. Essa síntese histórica mostra igualmente os elementos da cultura mediterrânica que surgem a par do vinho. A exposição desenvolve depois outros aspectos definidores do território, como os meios de transporte, no rio, na via-férrea, ou a paisagem, classificada como Património Mundial. Antes de se passar ao segundo piso, que se desenvolve em torno do vinho — comércio, consumo —, apresenta-se uma síntese do seu fabrico desde a videira ao lagar.

Dentro do circuito de visita, o visitante pode ainda percorrer uma parte da ala técnica, conhecendo um outro lado do Museu. Esta abertura ao público dos gabinetes de conservação e restauro (sala de expurgo, quarentena, oficina, laboratório de conservação e restauro) pretende mostrar aquilo que, por norma, os visitantes não veem, mas que faz parte da vida de um museu. Nesse seguimento podem ainda ver uma pequena secção do arquivo, uma vez que a coleção arquivística é uma importante parte do espólio desta instituição, conforme, aliás, definido na lei de criação.

O museu dispõe ainda de uma Sala de Exposições Temporárias e uma Galeria onde apresenta uma programação regular dedicada ao Douro em diferentes formas artísticas — fotografia, pintura, escultura, gravura, vídeo, etc. O critério subjacente à programação é a temática ou as origens durienses do autor. Procura igualmente apresentar anualmente uma mostra que tenha interesse cultural relevante para a população local, ainda que não sendo de temática duriense. Esta é uma forma de oferecer à comunidade residente outras propostas a que, de outro modo, não teria acesso.

São ainda espaços relevantes no Museu o *wine-bar*, instalado na sala de provas da Companhia, datada da primeira metade do século XIX, e o restaurante A Companhia. Além da atratividade que têm para os visitantes, enquanto espaços preservados do edifício original, constituem, a par da Loja do Museu, uma importante fonte de receita além da bilheteira. Esta estratégia é fundamental para a sustentabilidade financeira do projeto, que depende do financiamento dos seus fundadores.

O Museu dispõe também, em parceria com a Câmara Municipal de Peso da Régua e do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, de uma pequena sala de espetáculos, conhecido por Teatrinho. Trata-se de um teatro do início do século XX, cuja reabilitação permitiu devolver à cidade um espaço para diferentes eventos.

2. POLINUCLEADO: COMO DAR UM MUSEU AO TERRITÓRIO?...

Procurando uma alternativa ao modelo polinucleado definido pela lei, mas não esquecendo a sua vocação territorial, o Museu tem atuado em distintas vertentes marcando a sua presença no seu espaço de ação. É desta forma que procura chegar aos diferentes públicos que serve, seja a população da Região Demarcada do Douro, seja o cada vez mais alargado fluxo de visitantes de outras regiões e países.

A abordagem mais direta e convencional passa pela atividade delineada anualmente, destacando-se a itinerância de exposições e o programa do Serviço Educativo. Este abrange a comunidade de crianças, adolescentes, jovens e idosos da Região nas suas atividades «de educação, de conhecimento e de entretenimento», envolvendo várias vertentes de ação, nomeadamente os projetos plurianuais e anuais com escolas, as oficinas sazonais, os percursos pedestres e as visitas guiadas às exposições do programa do Museu⁸. No caso das exposições itinerantes, o MD desloca-se pela região de forma rotativa, fazendo circular diferentes exposições pelos concelhos, o que se traduz numa média de cerca de vinte apresentações por ano. As equipas do MD são responsáveis pela expografia em cada local, adaptando as suas exposições a distintos equipamentos culturais; trabalham também com os técnicos de cada autarquia de modo que estes possam fazer as visitas guiadas autonomamente, mediando a comunicação com os seus próprios públicos. A rotatividade das exposições realizadas na sede permite que possam ser vistas nos diferentes concelhos, e mesmo fora da região, ganhando novas leituras com a adaptação a outros espaços expositivos. Deste modo, é possível rentabilizar o investimento de cada exposição, permitindo que um maior número de habitantes durienses tenha acesso a estes conteúdos.

⁸ FAUVRELLE, GUIMARÃES, 2020.

**Fig. 3.**

Montagem de exposição temporária

Fonte: ©MD/Maria João Centenário

Outra área de atuação é a investigação, que abrange não apenas as coleções à guarda do Museu, mas igualmente o património duriense. Este trabalho tem-se desenvolvido sobretudo com a realização de inventários de património de diferentes tipologias, público e privado, acompanhado pela recolha de peças para a coleção do Museu e para as exposições temporárias. Esta recolha pressupõe uma análise cuidada dos artefactos e dos saberes-fazer a eles associados, procurando-se deste modo preservar também a memória associada aos objetos e de quem os utilizou. Um dos pressupostos no tratamento do património cultural é que não se pode separar materialidade e imaterialidade. Na sua forma tangível são os artefactos que nos ajudam a recuperar o passado no presente, mas à faceta material desse passado junta-se um significado imaterial, simbólico, que contextualiza um património intangível revelado através de práticas, saberes e outras manifestações que se perpetuam. Pensar o património como relacional e processual evita esta separação, tratando os diferentes artefactos na sua globalidade.

A par destas investigações temáticas, vocacionadas para inventariar o património duriense, também se desenvolvem pesquisas que procuram refletir sobre problemáticas da museologia e deste território. Neste contexto, vários membros da equipa do Museu centraram as investigações de doutoramento em áreas temáticas associadas ao trabalho desenvolvido, nomeadamente a educação e a museologia. Um dos trabalhos, distinguido com o prémio APOM de investigação na área da museologia em 2018, analisa a paisagem Alto Douro Vinhateiro «musealizada» através da classificação

como Património Mundial, focando-se nas questões que emergem do modelo de gestão implementado⁹. Partindo dos conceitos de paisagem e património, questiona como os mesmos são representados por quem gere e pelas comunidades que fazem a paisagem, procurando uma nova abordagem concetual que permita melhorar a eficácia da gestão deste território-museu.

Tornar o território museu é talvez a forma mais presencial e mais atuante de concretizar o conceito de museu do território. Nessa lógica é possível chamar as comunidades a participar no projeto através da identificação dos recursos a musealizar, da garantia de manutenção da sinalização colocada, enfim, do apoio que devem prestar aos visitantes que atravessam a região. Ao mesmo tempo, será da sua responsabilidade a criação de projetos, em parceria ou autonomamente, que envolvam a realização de eventos, a manutenção, venda e promoção dos produtos da terra, a conservação/preservação do património material e imaterial, entre outros, numa lógica de verdadeiro desenvolvimento comunitário.

A marcação da presença no território vem sendo feita através da sinalização e interpretação de diferentes patrimónios. Um trecho de paisagem, uma quinta, uma aldeia, um prato típico, um saber-fazer, uma memória, tudo isto constitui matéria passível de ser interpretada e apresentada aos visitantes. Ao percorrerem a Região, em parte classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, desde 2001, poderão conhecê-la e compreendê-la melhor, complementando desta forma a visita ao espaço museológico tradicional que o Museu oferece.

Um dos projetos desenvolvidos pelo Museu do Douro é o dos *Miradouros da Paisagem*. O programa, implementado em 2012, incluiu a colocação de sete mesas interpretativas em pontos de passagem e observação da paisagem do Douro. Estes suportes



Fig. 4.
Mesa interpretativa em
S. Cristóvão, Sabrosa
Fonte: ©MD/Marco
Aurélio Peixoto

⁹ FAUVRELLE, 2018.

reproduzem a vista e sinalizam os principais elementos visíveis, com informação mais desenvolvida num desdobrável. Permitem uma visita autónoma e têm cumprido a sua função informativa. Será desejável continuar este processo com mais material de apoio, sobretudo disponível digitalmente, algo que está a ser pensado e trabalhado.

Numa outra vertente, mais prática, o MD tem trazido para dentro de portas o património da região com vista à sua salvaguarda através do projeto *Identificar para Conservar*, implementado desde 2016 para fomentar as boas práticas de preservação dos bens culturais móveis¹⁰. Focando-se nos artefactos com maior interesse patrimonial para a Região Demarcada do Douro, o objetivo deste projeto é identificar e selecionar, juntamente com os municípios, um conjunto de bens cuja conservação é prioritária. A partir desta escolha os objetos são tratados no Museu, sendo o pro-



Fig. 5.
Documentação
fotográfica de peça
IpC. Município de São
João da Pesqueira
Fonte: © MD/José
Pessoa

¹⁰ A propósito deste projeto veja-se MOTA, 2019.

cesso cuidadosamente documentado. Este registo acompanha depois as obras para que em cada comunidade seja visível o trabalho realizado e as implicações que tem o cuidado dos seus bens.

A metodologia de conservação seguida para cada objeto inclui: o envolvimento da tutela e da comunidade a que cada bem pertence; o estudo histórico-artístico; o levantamento fotográfico documental; o levantamento analítico; e a intervenção curativa, executada com base no princípio da sustentabilidade — esta metodologia privilegia o emprego de materiais de origem natural, ecológicos, com custos e operacionalidade viáveis.

As intervenções são acompanhadas por ações de divulgação/sensibilização e formação. Estas pretendem fazer chegar às pessoas e profissionais que lidam com bens patrimoniais a informação básica no âmbito dos cuidados preventivos. Desta forma trabalham-se conceitos e práticas que permitem prolongar a existência dos bens sem os elevados custos de uma intervenção de restauro.

No âmbito da ação cultural e artística, o MD apoiou o desenvolvimento do projeto musical *Sons do Douro*, em que se cruza música popular e percussão contemporânea. Evocando o imaginário duriense, parte dos sons em pipas de vinho para resgatar as memórias dos cestos vindimos, dos sons de pés a escorregar nos xistos dos socalcos, dos chocalhos das juntas de bois que ajudavam da terra os homens a puxar à sirga os barcos rabelos ou do som cantado das tesouras de poda (cf. sítio Museu do Douro¹¹).

A par desta abordagem, decorrente da programação plurianual, e das itinerâncias como forma de descentralização da programação, o Museu optou, numa primeira



Fig. 6.

Museu do Vinho de
S. João da Pesqueira
Fonte: © MD/Marisa
Adegas

¹¹ www.museudodouro.pt.

fase, por apoiar a criação de núcleos museológicos em diferentes concelhos da RDD, explorando temas fortes da Região. Elaboraram-se vários estudos nesse sentido, nomeadamente sobre o sumagre, a amêndoa, a cereja ou o pão e vinho de Favaios. Das propostas realizadas concretizaram-se no núcleo de Tabuaço, o Museu do Imaginário Duriense — MIDU, associado ao património imaterial, o Núcleo Museológico de Favaios — Pão e Vinho, no concelho de Alijó, o Museu do Vinho, no município de S. João da Pesqueira, e o Museu da Seda e do Território, em Freixo de Espada à Cinta.

O papel do Museu nestes projetos foi apoiar os executivos camarários no acesso a programas de financiamento, projeto de arquitetura e no delineamento do programa museológico, onde se incluem a preparação da exposição permanente, dos documentos normativos, a seleção e recolha de objetos para a criação da coleção e seu inventário, as intervenções de conservação preventiva e o planeando de ações de acompanhamento educativo. A direção de cada núcleo está a cargo da própria autarquia, cooperando o Museu a nível técnico sempre que solicitado.

Este modelo, que exige forte investimento financeiro, colocou em causa a viabilidade de uma estrutura polinuclear, ainda mais numa região demograficamente envelhecida e em progressivo despovoamento. Para que haja ligação há comunidade é preciso que ela lá esteja, que haja massa crítica que impulse as atividades e o desenvolvimento do projeto. Como forma alternativa de implantar o polinuclear optou-se pela criação de uma rede de acesso informal, agregando diferentes equipamentos museológicos e com vertente museológica. Este modelo, numa lógica de partilha, permite reunir a diferente oferta através de rede de cooperação.

A Rede de Museus do Douro — MuD foi apresentada publicamente em 2007. A sua base assenta na criação de «condições de suporte entre as diferentes estruturas culturais a operar no Douro, sejam elas museus, núcleos museológicos ou quintas com coleções visitáveis, em cujas vitrinas se exibem testemunhos do património local, de tutela nacional, municipal ou privada» tendo como ponto unificador «a vocação para a conservação de testemunhos relevantes para o conhecimento da RDD com valor histórico, etnológico, científico, cultural, artístico, paisagístico, natural, etc.»¹².

A ideia deste projeto é associar a atuação de cada membro de modo a rentabilizar o mais possível os recursos existentes, numa plataforma horizontal de cooperação, em que cada um deles contribui de acordo com a sua disponibilidade. Deste modo, é possível criar uma relação de partilha e troca entre as instituições, permitindo beneficiar as estruturas mais frágeis, criando progressivamente uma imagem cultural da região. Não se pretende com isto uniformizar as instituições, pelo contrário, ambiciona-se manter a diversidade e a riqueza de experiências museológicas,

¹² FAUVRELLE, MARQUES, 2007.

respeitando a individualidade de cada instituição e promovendo a qualificação do tecido museológico regional.

Cada vez mais no meio museológico se opta por trabalhar deste modo, em que recursos humanos e financeiros podem ser rentabilizados de forma eficaz e sustentável. Esta é pois uma forma de criar um museu para o Douro a partir dos diferentes museus e estruturas museológicas no Douro.

Além de um sítio web com informação sobre cada membro e a divulgação das atividades através das redes sociais, a MuD tem atuado através da realização de reuniões regulares que permitem aos membros trocar experiências e conhecimento da realidade de cada espaço aderente. Essas reuniões revestem-se também de um carácter formativo, com a realização de palestras ou ações de formação que procuram corresponder a necessidades na área da museologia, como conservação, inventário, etc. O mais recente projeto conjunto é o lançamento de um passaporte da MuD que, dando a conhecer os diferentes espaços, funciona como um passaporte de descontos, incentivando os visitantes a percorrer a Região.

O trabalho do Museu tem ainda outras dinâmicas que são, elas mesmas, formas de ação cultural, como a apresentação das diferentes coleções ao público, presencial e virtualmente, através de exposições, catálogos e inventários em linha. A disponibilização de acervos constitui igualmente um modo de relacionamento com o território, tanto mais que quase todo o espólio resulta de doações de habitantes durienses ou com relações familiares na região. Note-se que além de peças, uma importante parte do acervo do Museu é constituída por arquivos. Embora tenham grande relevo os arquivos institucionais, como o da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto



Fig. 7.

Passaporte MuD

Fonte: ©MD/Natália Fauvrelle

Douro e o do IVP, o MD tem recebido importantes doações e depósitos de espólios arquivísticos que paulatinamente são disponibilizados para pesquisa.

A próxima aposta a desenvolver pelo MD é a digitalização das coleções de modo a que estejam acessíveis a partir de qualquer parte do mundo. Aqui, salienta-se a parceria com a Google Arts Institute, onde se prevê criar além da visita virtual à exposição permanente e das exposições virtuais, a possibilidade de itinerários pela região, onde se incluem quintas e monumentos.

Desde a sua criação legislativa, em 1996, o projeto de um museu para a região do Douro percorreu um longo caminho para se materializar e dar corpo à missão de preservar e divulgar o património da RDD. Ainda que o texto da lei propusesse uma estrutura polinucleada, a procura de um paradigma museológico que se adequasse à realidade financeira e técnica da região levou a outros caminhos. Um museu de território não é o mesmo que um museu polinucleado. Pode estar e trabalhar com e para o território sem necessariamente criar uma pesada estrutura polinucleada, através da programação e do desenvolvimento de investigação inclusiva do território.

LEGISLAÇÃO

- PORTUGAL. Assembleia da República (1997). *Lei n.º 125/97*. «Diário da República Série I-A». 278 (1997-12-02) 6433-6434.
- PORTUGAL. Ministério da Cultura (2006). *Decreto-Lei n.º 70/2006*. «Diário da República Série I-A». 59 (2006-03-23) 2171-2177.
- PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros (2015). *Decreto-Lei n.º 16/2015*. «Diário da República Série I». 22 (2015-02-02) 634-641.

BIBLIOGRAFIA

- CORREIA, João de Araújo (1936). *O Museu do Douro*. «Jornal da Régua». (19 jan. 1936).
- FAUVRELLE, Natália (2010). *Museu do Douro: um museu para um território*. In *Atas do Encontro «Museus e Sociedade»*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha.
- FAUVRELLE, Natália (2018). *Fazer a paisagem no Alto Douro Vinhateiro: desafios de um território-museu*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- FAUVRELLE, Natália; GUIMARÃES, Samuel (2020). *Museu do Douro — programação como mediação cultural*. In PORTUGAL. Ministério da Cultura. Direção Regional de Cultura do Norte. *Mediação Cultural: objetos, modelos e públicos*. Porto: DRCN, pp. 81-95. (Património a Norte; 5).
- FAUVRELLE, Natália; MARQUES, Susana (2007). *MUD — uma rede de museus para o Douro*. In *Atas do 1º Encontro de Museus do Douro*. Peso da Régua: Museu do Douro. Disponível em <<http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/natalia.pdf>>.
- MOTA, Carlos (2019). *Identificar para Conservar — um projeto de conservação no território*. In PEREIRA, Gaspar M.; AMORIM, Maria Norberta; LAGE, Maria Otília Pereira, orgs. *Douro e Pico, paisagens culturais património mundial*. Porto: CITCEM, pp. 53-68.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2004). *Estrutura de Projeto do Museu do Douro: relatório*. Régua: Museu do Douro. Policopiado.
- PEREIRA, Gaspar Martins; SOEIRO, Teresa, coord. (2003). *Jardins Suspensos: Roteiro*. Régua: Museu do Douro.

